Situação da dívida não afetará programas da área petroquímica

Ronaldo Lapa

A suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa brasileira não vai afetar diretamente os programas do governo para ampliar a produção nacional de petroquímicos. A possibilidade de atraso em alguns desses projetos — especialmente o pólo petroquímico do Rio de Janeiro — chegou a ser cogitada por fontes oficiais no início da semana, mas, segundo avaliações realizadas com as empresas envolvidas nos programas, o setor petroquímico será priorizado, independente das negociações que serão iniciadas com os bancos credores neste sábado.

Os 4 bilhões de dólares necessários aos planos já definidos pelo governo (ampliação de Camaçari, na Bahia; implantação do complexo fluminense e desgargalamento das centrais de São Paulo e Rio Grande do Sul) segundo o consultor da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), José Clemente de Oliveira, não chegam a representar qualquer problema. A curva de desembolso só começa a preocupar três anos depois do início das obras civis, e mesmo assim vai significar investimentos

globais de apenas 500 milhões de dólares anuais.

O consultor da Copene chama ainda a atenção para o baixo coeficiente de importação desses projetos, que dispõem de um alto índice de nacionalização, em muitos casos superior a 90%. A necessidade de recursos externos para cobrir a diferença poderá ser conseguida em instituições oficiais de fomento, sem que o país precise recorrer ao mercado financeiro internacional. E existe também a possibilidade de se efetuar as importações com pagamentos à vista.

Na avaliação de José Clemente de Oliveira qualquer prioridade que se estabeleça como resultado da negociação da dívida externa brasileira irá levar em conta a produção de aço, materiais não ferrosos, indústria química e petroquímica e papel e celulose, setores vitais para a própria balança comercial do país. O governo terá necessariamente que investir nesses segmentos não só para melhorar o desempenho das exportações mas também para evitar que o país seja obrigado a adquirir alguns desses produtos no exterior, a fim de satisfazer a demanda do mercado interno.

O mesmo raciocínio é partilhado pelos técnicos da União das Indústrias Petroquímicas (Unipar), uma das empresas mais envolvidas na montagem do pólo petroquímico do Rio de Janeiro. O gerente de desenvolvimento, José Coutinho, mesmo admitindo a possibilidade de um pequeno atraso no início da construção lembra que no projeto elaborado pela Unipar o complexo fluminense poderá ser implementado em módulos, exigindo inicialmente o desembolso de pequenos volumes de recursos.

O projeto criado pela empresa para o Rio de Janeiro prevê ainda que 45% do capital necessário seja constituído por recursos próprios (25% próprios privados e 20% estatais) e 55% conseguidos no exterior para a aquisição de equipamentos e tecnologia. Entretanto — explica — se houver bloqueio de linhas de crédito em decorrência da suspensão do pagamento dos juros aos bancos credores, o projeto poderá ser tocado tranquilamente, pois 90% dos equipamentos poderão ser produzidos no próprio país.